

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

Ensinando a respeitar

Práticas anti-racistas na sala de aula

TÁBATA ALVES ANDRADE DA SILVA

Rio de Janeiro

Julho de 2008

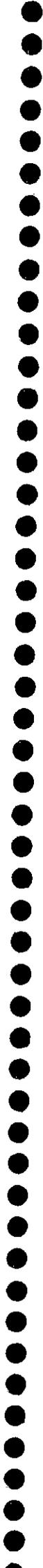
TÁBATA ALVES ANDRADE DA SILVA

Ensinando a respeitar

Práticas anti-racistas na sala de aula

Monografia apresentada Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial
para a obtenção de grau. Orientador Prof. Maria
Elena Viana Souza.

Rio de Janeiro
Julho de 2008



Aos meus pais Edna e Andrade
que sempre me apoiaram
com muita paciência e amor.

Aos meus irmãos Tayana e Tayoran
que me deram força estando
sempre ao meu lado.

Ao meu namorado Marcelo
pela tranquilidade passada.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Profa. Maria Elena Viana Souza,
pela paciência, compreensão e dedicação na confecção deste trabalho.

A Prof. Janaína Specht da Silva Menezes que tão bem mediou
os percalços que surgiram ao longo do processo me possibilitando
a finalização deste trabalho.

A Prof. Márcia Maria e Silva que me elucidou diversas questões.

A todos os docentes da Escola de Educação da UNIRIO
que muito contribuíram para a minha formação acadêmica.

“Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Paulo Freire)

RESUMO

A discriminação racial está impregnada na sociedade brasileira, tornando urgente a necessidade de uma reformulação nas práticas pedagógicas vigentes. A omissão leva a constrangimentos e conclusões equivocadas a respeito do assunto. A educação deve ser encarada como uma formação completa do indivíduo devendo se ocupar não somente dos pré-requisitos profissionais, mas também das relações sociais como respeito e tolerância. Ao pensar educação como formação completa estariam as instituições escolares cumprindo seu papel? Estariam estas se ocupando dentro de seu espaço da elucidação de tais questões para que pudessem transbordar de seus muros? De que forma pode-se subsidiar as práticas pedagógicas para que assumam um novo direcionamento? Essas são algumas reflexões propostas e analisadas nesse trabalho, com base em referenciais teóricos e com a finalidade de fomentar a discussão a respeito do tema, explicitando a necessidade de práticas pedagógicas anti-racistas como forma de caminhar em direção a uma mudança no olhar da sociedade frente às diferenças.

Palavras-chaves: anti-racismo, práticas pedagógicas, relações sociais, educação

ABSTRACT

The racial segregation is imbued in Brazilian society, making the need for an overhaul in the existing pedagogical practices. The omission constraints and leads to wrong conclusions about the matter. Education must be seen as a completed if the individual should occupy not only the pre-professional requirements, but also social relations as respect and tolerance. When thinking education the institutions would complete school fulfilling its role? They are occupying within its area of the elucidation of these issues so they could transship to their walls? In that way you can subsidize the pedagogical practices to take a new direction? These are some thoughts and proposals discussed on the basis of theoretical benchmarks in order to encourage discussion about the issue and explain the need for anti-racist teaching practices as a way of moving towards a change in society look forward differences.

Keywords: anti-racism, pedagogical practices, social relations, education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Justificativa	12
Objetivos	13
Metodologia	13
CAPÍTULO I – DIVERSIDADE ÉTNICO RACIAL NAS PRÁTICAS SOCIAIS COTIDIANAS	
1.1 Contextualização histórica do preconceito racial	14
1.2 Estereótipos, visões de mundo e imagem	15
CAPÍTULO II – FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E DESMISTIFICAÇÃO	
2.1 Educação formal e aprendizagem	19
2.2 Contribuições da lei 10.639/03	22
2.3 Educação além da escola	23
CAPÍTULO III – ENSINANDO A RESPEITAR	
3.1 Educador do futuro	26
3.2 Parâmetros curriculares nacionais e as práticas educativas	30
3.3 Materiais didáticos para a igualdade racial	31
3.4 Literatura Infantil, seus personagens e outras atividades	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

“Como toda as coisas tem fim convém que tenham princípio.”

Gabriel Soares de Souza (1584)

O ensino da história no Brasil sempre enfatizou, de forma notória, as civilizações que permeavam o Mar Mediterrâneo, retratando o continente africano somente a partir da chegada dos europeus em suas terras, reduzindo seu povo a uma nação sem passado, sem história.

No entanto, diversos povos já habitavam o continente, possuindo peculiaridades, hábitos e costumes. Povos estes altamente qualificados para o trabalho nas mais diversas áreas, tais como: agricultura, mineração, ourivesaria e metalurgia; usavam sistemas matemáticos complexos e tinham conhecimentos de astronomia e medicina que serviram de base para a ciência moderna. Possuíam ainda a biblioteca de Tumbuctu, em Mali, que reunia mais de 20 mil livros, com registros riquíssimos a respeito da cultura negra. (MUNANGA; GOMES, 2004)

A África possuía império, reinos e estados, cada qual com sua economia. Já entre os séculos 4 e 11, o Império de Gana era conhecido como o império do ouro. O povo que ali habitava dominava diversas técnicas de mineração utilizando-se de instrumentos que posteriormente vieram a servir ao ciclo do ouro no Brasil. (MUNANGA; GOMES, 2004)

Ainda no século 12, as cidades de Tumbuctu, Gao e Djene foram importantes centros universitários e culturais, onde o povo Dogon registrou em monumentos as luas de Júpiter, os anéis de Saturno e a estrutura espiral da Via-Láctea. (MUNANGA; GOMES, 2004)

Como estes povos acima descritos, outros também ocuparam terras africanas: a Civilização Ioruba dominava técnicas de olaria, tecelagem, serralheria e metalurgia do bronze. A capital, Oyo Benin, já era dividida em bairros especializados (curtume, fundição etc.)

A África já existia anteriormente à chegada europeia e existia repleta de diversidade, heterogeneidades, enfim, um verdadeiro caleidoscópio que jamais poderia ser definido de

forma simplória e pré-moldada. Quando, no entanto, a definem pela raça, pela genética e não por sua historicidade, por sua bagagem cultural tão vasta e surpreendente, revelam aí o preconceito existente sob a forma de desvalorização cultural, histórica e territorial.

Quando indagamos a um aluno a respeito dos africanos a resposta sempre é precisa: negros maltratados, pobres, doentes e sem cultura. Parece ser esta a primeira e, muitas vezes, a única imagem criada e este estereótipo traz consigo uma forte carga de significações pejorativas, entre elas, as mais difundidas seriam: frouxo, fleumático, lento e primitivo.

No Brasil, a abolição da escravatura se dá em 1888, libertando todo e qualquer escravo, porém, amarras invisíveis aos olhos ainda se encontram fincadas nas mãos de muitos descendentes desta raça. O preconceito, disfarçado ou não, ainda se mostra de forma bastante notória na sociedade atual, limitando indivíduos não apenas no âmbito social como também no educacional.

As limitações na área educacional, foco para o qual se direciona este trabalho, dar-se-ão graças a práticas pedagógicas que ainda escolhem a omissão a tratar de forma direta o assunto racial. É preciso um trabalho crítico, conciso e bem planejado para agir de forma eficaz, levando ao educando a possibilidade de criar para si indagações que o levarão ao seu próprio crescimento e ao respeito às diferenças, sejam elas raciais ou não.

No entanto, vale ressaltar que ainda dentro das práticas pedagógicas esconde-se outra problemática: a escolha de livros didáticos, pois, quando está se dá, o educador precisa ter para si que irá ministrar aulas para um grupo heterogêneo, onde encontrará educandos de diferente sexo, religião, classe social e certamente de raças. Sendo assim, ao adotar um livro didático ou de literatura infantil é necessária uma análise minuciosa, pertinente a importância do assunto para que não hajam equívocos posteriores.

A procura por novos veios educacionais, mais igualitários, pode ser explicitada pela implementação da lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que afirma que

Ô ministério da educação, comprometido com a pauta de políticas afirmativas do governo federal, vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro. (MEC, 2003)

Apesar da implementação da lei, a mesma não estabelece prazos para sua entrada em vigor, o que possibilita que muitos estabelecimentos de ensino continuem alheios à lei, não se dando conta das importantes transformações que a mesma traz consigo.

O educador deve ocupar-se, então, da busca de práticas pedagógicas mais inclusivas voltadas à formação de um cidadão crítico e despido de preconceitos, de qualquer natureza. Para isso, deve lançar mão de materiais didáticos adequados, metodologias diferenciadas e planejamento prévio das atividades realizadas para que, a partir delas, a raça negra possa ser descoberta pelos educandos com toda sua riqueza cultural, fazendo cair por terra crenças e conceitos errôneos, pré-estabelecidos pela sociedade.

É importante levar ao alcance dos alunos o conhecimento de suas origens históricas e culturais, pois, a partir deste auto-conhecimento, desta descoberta de si mesmo é que se dará a desmistificação de todas as crenças disseminadas pela sociedade e conseqüentemente uma valorização da própria raça, costumes, vestuário e tudo mais que estiver relacionado a ela, fazendo com que a discriminação perca seu embasamento e com isso desaparece do cotidiano do educando.

Justificativa

A escolha pelo tema desta pesquisa - Ensinando a Respeitar: práticas anti-racistas na sala de aula - foi motivada pelo anseio em aprofundar o assunto em questão, por se tratar de algo pouco difundido nas instituições escolares e de suma importância para a formação do educando.

Acredito na necessidade de exploração da temática anti-racismo bem como em seu uso nas práticas pedagógicas cotidianas, não como uma disciplina isolada, mas, como ferramenta importante na construção de um pensamento inclusivo e de iguais possibilidades para o aluno.

A diminuição de qualquer tipo de pré-conceito irá auxiliar, de forma significativa, no processo de ensino-aprendizagem, posto que neste contexto serão minimizadas algumas situações de

constrangimento ou qualquer tipo de desmotivação por parte do aluno. Deve-se estimular e jamais limitar a formulação do conhecimento e, em maior âmbito e até mesmo em caráter individual, possibilitar uma gama infinita e ilimitada de crescimento do ser enquanto cidadão.

O estabelecimento de um processo de ensino igualitário que respeite às diferenças, e neste ponto me refiro a quaisquer que sejam elas, certamente irá extrapolar o espaço escolar e se incorporar à sociedade de forma geral, permitindo o enriquecimento cultural do país de forma ampla e necessária, melhorando a qualidade de vida do indivíduo.

Objetivos

Este trabalho tem por objetivo estimular algumas reflexões válidas para o tema proposto, visando assim propor uma nova visão para as práticas pedagógicas vigentes.

Com base nos pressupostos apresentados, procurou-se responder às seguintes questões de estudo:

- De que forma podemos incorporar práticas anti-racistas nas escolas?
- De que forma deve ser feita a escolha do material didático que sirva a esta nova prática?
- Como a literatura infantil poder vir ao encontro dessas práticas?
- Por que a necessidade de um estudo mais sério a respeito da África e demais culturas?
- De que forma o educador pode transformar sua prática tornando-a mais inclusiva?
- Como é possível modificar as práticas pedagógicas de forma a torná-la mais inclusiva e com isso influenciar a mudança do imaginário popular?

Metodologia

No que se refere a teorias de práticas anti-racistas na sala de aula foram trabalhados os seguintes autores: Hédio Silva Jr., Eliane Cavalleiro, Kabengele Munanga, Jeruse Romão, Andréia Lisboa Sousa, Paulo Freire, Cecília Warschauer, Edgar Morin, Leila Leite Hernandez e Antônio Olímpio Sant'Ana, . Trata-se de uma pesquisa descritiva que se utiliza do procedimento de levantamento bibliográfico, como referenciado ao final do estudo.

CAPÍTULO I

DIVERSIDADE ÉTNICO RACIAL NAS PRÁTICAS SOCIAIS COTIDIANAS

“(…) que a nação brasileira consiga se abrir para um novo caminho e uma nova direção na constituição de uma sociedade *verdadeiramente* democrática e inclusiva de todos, superando o “sortilégio da cor”, o fetichismo das feições e o essencialismo racial.” (Carlos Moore Wedderburn)

1.1 Contextualização histórica do preconceito racial

A diversidade racial é, em nossa sociedade, uma realidade indiscutível bem como a existência dos preconceitos que a permeiam. Tal pluralidade racial se explica, sem muito esforço, se repensarmos o processo de colonização ocorrido, porém, cabe aqui a percepção das raízes da discriminação racial.

O racismo, como formação ideológica, vai surgir junto às grandes dominações sobre a América, África e Ásia, baseando-se em traços fenotípicos para segregar e justificar o poder exercido pela Europa sobre os povos destas áreas. Foram inúmeros os recursos utilizados a serviço da disseminação do ideário racista: a religião cristã e a ciência constituíram importantes meios para tal propósito. (MUNANGA, 2004)

Durante muito tempo, o cristianismo se colocou contra às demais religiões, tratando-as como selvageria, falta de civilização e, portanto, inferiores. Reportando-se àquela época, Freire (1996, p. 36) afirma: “Quão ausentes da democracia se acham os que queimam igrejas de negros porque, certamente, negros não têm alma. Negros não rezam. Com sua negritude sujam a branquitude das orações...”.

Trazendo para os dias atuais, é possível perceber o quão ainda é forte a “supremacia cristã” e como esta atinge a consciência social. Presenciamos, cotidianamente, uma série de preconceitos a respeito de religiões de raízes não brancas, como por exemplo, a umbanda ou

suas vertentes como a macumba, que não é vista com bons olhos pela sociedade que a recrimina, condenando suas práticas e praticantes, sendo muitas vezes acusada de se ocupar de “trabalhos” com intuito de maldade. A persistência de tal ideário não ocorre sem justificativa e o racismo se consolida sendo reproduzido pela cultura popular dia após dia, deixando de lado a democracia pretendida pelo regime instalado em nosso país.

Mas, quando se fala em racismo, que significado estamos lhe dando? Gomes (2005) o conceitua como

um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um comportamento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. (p. 52)

Sendo assim o termo racismo se conceitua pela prática do preconceito, ou seja, no momento em que os estereótipos sociais são usados com o caráter discriminatório, vemos nascer as práticas racistas.

Outro grande contribuinte para o quadro que hoje se mostra as nossas vistas, é a ciência que irá introduzir o conceito de inferioridade intelectual e até mesmo estética das raças tidas como periféricas. Ora, fica claro, então, que no momento em que se inicia a colonização e o tráfico de escravos, o confronto entre dominados e dominantes vai além da força, atingindo o imaginário popular onde as características físicas e psicológicas de raças dominadas saltam aos olhos e tornam explícito que o poder e a superioridade encontram-se em determinada mão que não possui outra cor senão a branca.

Segundo Hernandez (2005): “[...] o saber ocidental constrói uma nova consciência planetária constituída por visões de mundo, auto-imagens e estereótipos que compõe um olhar imperial sobre o universo”.(p.17) Esta “consciência planetária” encontra-se ainda enraizada, sendo ela pressuposto para a exclusão social e discriminação de raças. A ocultação da história africana e a distorção das formas de colonização que se deram em nosso país permitem que permaneça imutável a ideologia racial que assegura a hegemonia do grupo dominante.

1.2 Estereótipos, visões de mundo e imagens

Estereótipo é o preconceito posto em prática, uma forma imutável na qual são produzidos e pré-definidos imagens e visões de mundo. Não há como definir este conceito sem elucidar sua desastrosa função: manter o *status quo*, vigente através da legitimação da inferioridade do grupo dominado.(S'ANTANA, 2001)

Partindo dessas premissas, é válido constatar que os estereótipos bem como a discriminação não se eternizam sozinhos, mas sim, encontram-se tão incrustados na sociedade, na consciência popular que se espalham como folhas ao vento, através de brincadeiras, piadas e da própria auto-depreciação do negro.

São vários os estereótipos destinados a “por em seu lugar” as raças não brancas. Expressões recheadas de preconceito são servidas à sociedade com pitadas de “humor”, sendo, assim, levemente digeridas e passadas adiante. Piadas contadas e recontadas afirmam a superioridade da raça branca sobre as demais podendo muitas vezes chegar ao extremo de animalizar, retirando sujeitos da condição de seres humanos pela simples análise de fenótipos e cor de pele.

Esta adivinha que segue me foi contada no âmbito acadêmico de formação superior no curso de pedagogia: “Sabe por que negro tem que ser enterrado profundamente? Porque no fundo, no fundo negro é gente”. O fim já previsto, risadas descompromissadas de um grupo de indivíduos que, provavelmente, não se rotulam racistas, nem julgam tal brincadeira de caráter discriminatório. Segue assim seu caminho, através de frases mal colocadas, a desigualdade e a crueldade racial.

A desigualdade não afeta apenas o aspecto social da vida dos indivíduos. Ela opera também no campo moral, intelectual e até na estética se mostrando na busca por empregos, principalmente, se estes colocarem, em primeiro plano, características estéticas, pois, novamente por consequência de estereótipos legitimados, o negro é feio, não possui belas feições ou cabelo, não condiz com o padrão de beleza esperado, sendo este, então, foco de auto-desprezo, angústia e tristeza em relação a própria cor. Se é ditado a todo o tempo, por revistas, televisão, outdoors quais são as formas que refletem o belo, tudo que estiver à margem desta embalagem não passa de feio.

A revista Vip, da editora Abril, promove, anualmente, a escolha de 100 mulheres consideradas as mais bonitas por seus leitores. A escolha se dá da seguinte forma: os leitores escolhem, segundo sua própria perspectiva, uma lista com 10 mulheres que consideram as mais bonitas do Brasil e do mundo. Estas escolhas levam a 200 nomes e destes 200 nomes é realizada uma nova pesquisa de onde saem então os perfis mais cobiçados pelos brasileiros. O resultado desta pesquisa é uma amostra do padrão de beleza instituído e legitimado em nossa sociedade. Segue na tabela o resultado desta pesquisa, do ano de 2007.

VIP 100 + 2007			
100 CAROL CASTRO	99 MARIA SHARAPOVA	98 ADRIANA ESTEVES	97 ANA CLAUDIA MICHELS
96 MARIANA XIMENEZ	95 TICIANE PINHEIRO	94 CARLA PEREZ	93 JENNIFER ANISTON
92 JAQUE KHURY	91 CUCA	90 MADONNA	89 PAULA TOLLER
88 ELAINE ALVES	87 CIDJA LUIZE	86 GUILHERMINA GUINLE	85 CAROLINA DIECKMANN
84 ELAINE MICKELY	83 ISABELLI FONTANA	82 MARIA DA GRAÇA MELLO	81 PATRICIA WERNECK
80 RIHANNA	79 BEATRIZ PAVINI	78 ELIANA	77 ANA CAROLINA GEQUELIN
76 DANIELLA CICALLELLI	75 HILARY DUFF	74 KARINA BACCHI	73 CAROL FRANCISCHINI
72 JENNIFER LOPEZ	71 JESSICA ALBA	70 ALINE NAKASHIMA	69 ANNA FLAVIA CAMARGO
68 ALINE PYRRHO	67 CAMILA ALVES	66 MYLLA KARVALHO	65 KELLY KEY
64 ALINE SAMY	63 CAMILA FINN	62 THAEME MARIÓTO	61 CAROL TRENTINI
60 ELLEN JABOUR	59 XUXA	58 ANA PAULA OLIVEIRA	57 CAROL HONÓRIO
56 CAROLINA NAKAMURA	55 ADRIANE GALISTEU	54 ADRIANA BOM BOM	53 ADRIANE GROTT
52 THALIA	51 MARIANA FELICIO	50 DANI BOLINA	49 DEBORAH SECCO
48 ANA BEATRIZ BARROS	47 CLEO PIRES	46 ANA DE BIASE	45 ASHLEY TISDALE
44 PRISCILA FANTIN	43 CHRISTINA AGUILERA	42 VIVIANE ARAÚJO	41 ANGÉLICA
40 AMY LEE	39 BRITNEY SPEARS	38 PITTY	37 FLÁVIA ALESSANDRA
36 MAITE PERRONI	35 CAROLINE BITTENCOURT	34 WANESSA CAMARGO	33 SABRINA SATO
32 AVRIL LAVIGNE	31 JOELMA MENDES	30 FERNANDA LIMA	29 SHAKIRA
28 FERGIE	27 DANI BANANINHA	26 BRUNA TAVARES	25 KARINE DAL TOÉ
24 TÂNIA OLIVEIRA	23 DANIELLA SARAHYBA	22 BEYONCÉ KNOWLES	21 ANGELINA JOLIE
20 FLÁVIA VIANA	19 DULCE MARIA	18 ALESSANDRA NEGRINI	17 FANI PACHECO
16 ELLEN ROCCHÉ	15 ANA HICKMANN	14 ANAHI	13 ADRIANA LIMA
12 ANA PAULA ARÓSIO	11 ALESSANDRA AMBRÓSIO	10 NATÁLIA GUIMARÃES	9 ALINE MORAES
8 GRAZIELLI MASSAFERA	7 IRIS STEFANELLI	6 CLÁUDIA LEITTE	5 GISELE BÜNDCHEN
4 IVETE SANGALO	3 SANDY	2 CAMILA PITANGA	1 JULIANA PAES

Das cem mulheres escolhidas na pesquisa, existem apenas cinco representantes da raça negra, se levada em conta apenas a cor da pele. As cinco musas negras apresentam traços de branqueamento em suas feições como narizes bem afinados, cabelos lisos e lábios médios. As características físicas da classe dominante ditam o belo ideal, mais uma vez reforçando a manutenção do poder tradicional.

A superioridade das raças de descendência europeia só poderão ser repensadas se colocados de lado os estereótipos sociais pré-existentes, se através de uma educação realmente democrática e plena se consiga extrapolar as barreiras históricas que legitimam a discriminação atual.

As práticas pedagógicas precisam de reformas que possibilitem ao educando um olhar crítico sobre a questão das raças como fator de exclusão. É preciso que mais do que formar dentistas, médicos ou advogados, sejam formados cidadãos capazes de análises pessoais a respeito de suas próprias práticas sociais, dotados de uma visão de mundo mais ampla e desmistificada.

Tais fins só poderão ser atingidos através da educação, de um estudo mais sincero e claro a respeito das raízes e formação histórica dos povos negros, suas crenças e hábitos.

CAPÍTULO II

FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E DESMISTIFICAÇÃO

“Enfrentamos então o desafio de formar homens criativos, críticos e conscientes, capazes de dialogar com pessoas diferentes, enriquecendo-se com a diversidade [...] Sabemos que a educação não ocorre somente na escola, pois outras instâncias educacionais, tais como a família, a comunidade, os grupos etc., tem papel significativo. Também a mídia deve ser considerada na formação dos indivíduos.” (Cecília Warschauer)

2.1 Educação formal e aprendizagem

A educação formal vê depositada em si a maior responsabilidade na formação plena de indivíduos, com suas grades curriculares e regras bem determinadas e deveria ser a principal ferramenta para a mudança, porém, contraditoriamente, é ela principal instrumento de estagnação, utilizando-se da rigidez de sua forma para manter a organização social estática.

Indo além, Rossato e Gesser (2001, p.15) afirmam: “Currículos escolares, livros e textos, especialmente os de ciências e biologia, foram os grandes veículos usados na transmissão e inculcação dos valores difundidos por esta corrente”. Além dos currículos e livros outros fatores também contribuem para existência do racismo em sala de aula, como cita Messias (2005)

Muitos problemas como racismo, relações de gênero, violência e desigualdade social presentes na sociedade também se manifestam dentro da escola e nela assumem configurações próprias que afetam a vida de toda comunidade escolar. Isso ocorre através do comportamento discriminatório de alunos, professoras/es, pais e funcionários, através dos materiais pedagógicos, mas especificamente dos livros didáticos e através do baixo rendimento escolar das crianças negras que por causa dessa discriminação se sentem inferiorizadas.(...) (p.2)

Dentro do âmbito escolar, as preocupações se voltam para aquisição de conteúdos formulados previamente a partir do que se julga importante saber. As interações informais nem sempre são consideradas formas de aprendizagem, entretanto, é em meio a essas relações que o

preconceito encontra formas mais seguras de se perpetuar. Diversas condutas discriminatórias são ignoradas dentro das escolas permitindo então que os estereótipos sigam seu curso sem barreiras.

Nestes “limites” educacionais, as diferenças, importantes e inegavelmente existentes, servem como meio de segregação, de exclusão, ao invés de se colocar como ponto importante de trocas enriquecedoras. O não igual deveria ser fonte de mais uma forma de aprendizado baseada nas relações de compartilhamento cultural entre grupos de características diversas.

A prática da tolerância precisa se impor nas instituições escolares e fora dela. Precisa se sobrepor à discriminação e isto irá ocorrer sem problemas se a escola e o grupo que a forma pensar em tolerar como aceitar a liberdade do outro, do outro diferente, em qualquer aspecto, seja ele de crença, pensamento ou ação. E além, é preciso pensar em tolerância trabalhada junto ao conceito de solidariedade como forma de enfrentar injustiças.

A escola necessita ter dentro de si mediadores desta tolerância e solidariedade e é preciso que estes dois conceitos ajam juntamente com a troca de informações, sejam elas cotidianas ou históricas. A exposição de fatos históricos precisa se dá de forma responsável e comprometida em trazer à tona as verdadeiras raízes da raça negra sem qualquer “recorte” na história, sem a omissão de nenhuma de suas partes.

Aceitar as desigualdades não é o que sugere as práticas anti-racistas. Ao contrário, pretende reconhecer a existência de diferenças, sem permitir, no entanto, que falte a igualdade na educação.

As instituições escolares devem reformar os antigos moldes educacionais e se apoiar na necessidade de mudança exigida pela sociedade. Pensar em um modelo educacional mais articulado, voltado para as diferenças, para a individualidade de cada aluno seria começar a desconstruir posturas preconceituosas da cultura popular.

Esse novo olhar da escola ao povo negro aproxima o país de uma educação verdadeiramente democrática. Procurar outro direcionamento na exposição de imagens é bastante eficiente, pois, apagar antigos pontos de vista não é tarefa fácil, apesar de, sem dúvida alguma, ser necessária para que se dê o desligamento do negativismo da expressão “negritude” e os

conceitos de pobreza, inferioridade e banditismo. Em nossa sociedade, cada grupo parece ter seu lugar muito bem demarcado na cultura popular, espelhando-se de forma clara nas relações coletivas.

A ruptura com o silenciamento a respeito das questões raciais, significaria o início de uma nova formação ideológica, sem bonecos pré-moldados, sem a pintura do negro a partir de aspectos pejorativos, depreciativos. O ambiente escolar deve tornar-se um meio de propagação da igualdade, da observação e orientação de comportamentos equivocados, deve promover a prática da auto-reflexão com a finalidade de promover uma busca por visões menos discriminatórias.

A consciência do poder transformador da educação deveria contagiar todo o espaço de ensino em nome de uma democracia racial real. A criança internaliza o que é transmitido no espaço em que circula e dentro de uma educação verdadeiramente engajada socialmente, as mudanças a partir do imaginário infantil se farão sentir em pouco tempo.

Nos embates informais, os ditos populares e estereótipos merecem atenção e cuidado como explicita Rossato e Gesser (2001, p.17)

(...) Existem muitos “ditos” populares entre a sociedade hegemônica e historicamente representada por brancos (as) que são repassadas de geração em geração. Por exemplo, é comum ouvir as pessoas falarem entre si: “Este é um negro de alma branca”. Outros ditos populares que representam o preconceito racial no sul do Brasil são: “Eu não sou racista, mas só tenho raiva de quem arrancou o rabo e ensinou a falar”, “Negro quando não suja na entrada, suja na saída”. Estas são expressões típicas que representam o grau de preconceito racial no país e se reproduzem nas diferentes instituições sociais, como a família, a escola, a igreja e o Estado, bem em todas as classes sociais que constituem a nação.

Como forma de fugir de práticas constrangedoras, as crianças negras podem abrir mão de sua identidade cultural, visando, assim, atingir o branqueamento ou ainda abandonar a escola por não conseguir desenvolver com ela sentimento de pertencimento.

Sem dúvida, um desafio dos dias atuais é buscar meios de se lidar com a diversidade que não pode mais ser negada. O reconhecimento é evidente e o “estranhamento” que, muitas vezes, pode emergir dessa descoberta, precisa direcionar-se para a construção de um pensamento

crítico e o crescimento pessoal do indivíduo. A escola necessita expor ao invés de omitir a pluralidade racial.

Cabe, então, às práticas educacionais desenvolver uma visão em torno do fenômeno racial mais clara, menos embasada por preconceitos. O desenvolvimento desta visão deve se dar a partir da parceria entre escola, pais e comunidade.

2.2 Contribuições da lei 10.639 / 03

A escola tem obrigatoriedade de se comprometer fervorosamente com as mudanças sociais e também com o estímulo a uma educação voltada para o respeito. Torna-se necessário uma revisão curricular que tenha como ponto de partida o olhar para a diversidade cultural, a valorização e a superação do preconceito. Nesta, perspectiva o Estado decreta a lei 10 639/03 que diz

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro (...) (MEC, 2003)

A lei citada, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional anexando ao currículo tradicional do ensino fundamental e médio das escolas o estudo da cultura da África. Desnudar a história africana e seu legado histórico irá auxiliar na formação de uma nova ideologia onde se coloque de maneira clara o papel do povo negro na formação cultural brasileira influenciando positivamente a influência deste grupo nas escolas e ainda o aumento da estima, interesse e conseqüente auto-reconhecimento como ser pertencente à sociedade.

A inclusão de novos conteúdos curriculares com a finalidade de formação de uma consciência da existência da diferença irá possibilitar que sejam repensados os projetos educacionais, pois, se faz necessário que este tema seja abordado em sala de aula de forma interdisciplinar e não se coloque somente como uma disciplina isolada. Pensando desta forma Morin (2000, p. 17) alerta

A supremacia do conhecimento fragmentado de acordo com as disciplinas impede frequentemente de operar o vínculo entre as partes e a totalidade (...) É preciso

ensinar os métodos que permitam estabelecer as relações mútuas e as influências recíprocas entre as partes e o todo em um mundo complexo.

A lei 10.639/03 apresenta de forma detalhada a necessidade da discussão racial e da exploração da historicidade africana como forma de, ao menos, amenizar estereótipos sociais posto que permite que se utilize práticas pedagógicas mais comprometidas com a desmistificação do conceito de inferioridade, abrindo espaço para a visualização do negro como sujeito da construção da nossa sociedade.

É indiscutível, no entanto, que esta temática precisa extrapolar os limites escolares, é urgente perceber que algo tão inculcado na cultura popular como o etnocentrismo europeu só pode ser combatido se atingir, de forma visível, a população como um todo.

2.3 Educação além da escola

A escola exerce grande influência na sociedade e da mesma forma a sociedade, se faz presente nos projetos escolares, podendo, também, influenciar nas questões pedagógicas destas instituições. A esse respeito Messias (2005, p.2) completa “Escola e sociedade, portanto, estão intimamente relacionadas e influenciam-se mutuamente, o que ocorre fora da escola causa impacto nela e a maneira como essas questões são tratadas pode influenciar o contexto social mais amplo.”

Passar a enxergar a educação nos mais diversos espaços em que ela se encontra é de suma importância, pois, o trabalho pela igualdade e a reeducação para o respeito não é tarefa única da escola, e é pensando na complementação da educação formal que surgem novas idéias e projetos como, por exemplo, o conceito de Cidades Educadoras.

A Cidade Educadora é a cidade engajada com a educação, em todas as suas nuances, visando a formação integral do cidadão, se utilizando para isso dos mais diversos espaços que a cidade oferece e não apenas da escola. Bosch (2002, p.9) avança: “Com esse projeto tive clareza de que a educação é mesmo produto do toque, do encontro, e do contato (...) a cidade, para continuar viva, necessita que tenham acesso a seu patrimônio para que o transformem em sua própria bagagem e continuem vivendo”.

Ainda a respeito das Cidades Educadoras, Bosch (2002, p.9) afirma “Trata-se de descobrir na estrutura das cidades os elementos em torno dos quais se pode introduzir os estudantes na pauta da contemporaneidade”.

Este projeto tem como enfoque principal a integração de todos os tipos de educação, se pauta na observação das diferenças, no olhar para o outro e sua cultura e acredita na troca de experiências como forma de desenvolvimento dos habitantes em especial das crianças e jovens.

É sob este olhar a respeito da educação que devemos planejar nossas práticas. Nesta visão, espaços públicos tornam-se também componentes de uma miscigenação de culturas tão presentes em nossa sociedade. Se pensarmos em todos os espaços urbanos como meio de educação, não restringiremos nossas práticas à orientação de nossos alunos, pois, estaremos indo além, estendendo o alcance de nossas trocas educativas à toda sociedade e, por outro lado, permitindo a nossos alunos que se sirvam também dos aspectos sociais e aprendam a praticar o respeito mútuo a partir deles.

Outro espaço de acesso infantil e adolescente é o setor midiático que dotado de seu poder apelativo acerta em cheio nossos alunos sendo inegavelmente um veículo de grande poder na formação de opiniões e imagens, podendo o mesmo possuir aspectos positivos ou negativos em termos educacionais.

A importância deste setor, no que diz respeito à educação para a diferença, vem crescendo muito timidamente no Brasil. Já podemos verificar em novelas, seriados, comerciais e outras atividades da TV, a presença de negros representando personagens de relevância na trama sem a sua fixação a papéis subalternos relacionados a pobreza ou marginalização.

É lamentável, porém, que, na área infantil, os produtores deixam bastante a desejar. Os desenhos animados mais consumidos não apresentam personagens de descendência africana, o que dificulta bastante do reconhecimento das pessoas negras no enredo representado. O não reconhecimento leva as crianças à formação de uma idéia negativa de si mesma e conseqüentemente de sua raça.

O pedagogo enquanto educador para a mudança deve permear estes ambientes ainda que os mesmo se apresentem em um espaço físico extra-escolar, pois, a cidade pode educar de diversas formas e por diversos veículos, no entanto, pode também promover o oposto indo assim contra às práticas educativas vigentes.

CAPÍTULO III

ENSINANDO A RESPEITAR

“[...] os homens [...] podem, cedo ou tarde, perceber a contradição em que a “educação bancária” pretende mantê-los e engajar-se na luta por sua libertação. Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar não esta possibilidade. Sua ação, identificando-se desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença nos homens. Crebça no seu poder criador.” (Paulo Freire)

3.1 Educador do Futuro

O autoconhecimento deve se tornar a mais séria busca do educador do futuro. Apenas com a análise da própria prática o professor pode se desenvolver e manter em movimento contínuo do seu próprio processo de aprendizagem e dentro desta dinâmica a melhoria de suas práticas pedagógicas se dará de forma tranqüila e pouco equivocada. Freire (1996) alerta que

“(...) na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. (...) O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela aproximá-lo ao máximo.” (p. 19)

A reflexão crítica sobre sua própria realização no âmbito profissional irá apontar erros, acertos, métodos falhos, planejamentos desinteressantes e tudo mais que pode levar o docente ao fracasso em sua práxis. A auto-análise cotidiana permite que se identifique estes entraves e modifique-os, tornando-os positivos, a todo tempo, buscando sempre o desenvolvimento de sua atuação pedagógica e conseqüentemente proporcionando a aprendizagem efetiva de seus alunos. Pensando em reflexão, Warschauer (1993) contribui explicitando o conceito e trazendo a luz suas contribuições

Em que consiste esta reflexão? Consiste num re-pensar a ação pedagógica num momento posterior a ela. Neste momento, o professor toma uma distância de seus atos

e da realidade da sala de aula, de forma a distinguir-se do vivido para olhá-lo de uma forma particular (...) A autocrítica é um duvidar da certeza incondicional de suas pressuposições para compará-las, de modo cuidadoso e penetrante, com os fatos objetivos. Por isso, o esforço de autocrítica ajuda na aquisição de objetividade e da consciência das próprias responsabilidades. (p. 35)

A certeza absoluta não é real, nem mesmo quando tratamos das ciências exatas. É preciso que tenhamos, como educadores, esta consciência para que possamos nos aproximar ao menos de certezas provisórias. Fazendo referência as incertezas da educação, Morin (2005) complementa

[...]O abandono das concepções deterministas da história humana que acreditavam poder prever nosso futuro, o estudo dos grandes acontecimentos e desastres de nosso século, todos inesperados, o caráter doravante desconhecido da aventura humana devem-nos incitar a preparar as mentes para esperar o inesperado, para enfrentá-lo. É necessário que todos os que se ocupam da educação constituam a vanguarda ante a incerteza de nossos tempos. (p.16)

A idéia de que devemos questionar as certezas tidas como absolutas se traduz também em um grande passo para a educação integral. A aceitação do “saber provisório” iria permitir a todos uma maior compreensão de mundo, um entendimento do outro, a consciência da necessidade de troca para haver a aprendizagem e o uso contínuo do olhar crítico sobre todas as coisas. Neste momento Morin (2005) contribui com a seguinte afirmação

As ciências permitiram que adquiríssemos muitas certezas, mas igualmente revelaram, ao longo do século XX, inúmeras zonas de incerteza. A educação deveria incluir o ensino das incertezas que surgiram nas ciências físicas (microfísicas, termodinâmica, cosmologia), nas ciências da evolução biológica e nas ciências históricas. (p.16)

Dentro do espaço educacional mediado pelo professor-pesquisador de sua prática, o preconceito racial encontraria grandes barreiras para se manter, posto que este educando estaria comprometido por todos os aspectos da educação de seus alunos, inclusive sua formação para a cidadania e engajamento político.

As grades curriculares atuais se configuram numa barreira sólida às práticas escolares, barreira esta que o professor deve aprender a transpor como sugere Warschauer (1993)

Um dos limites que o professor encontra ao pretender trabalhar os conteúdos de forma significativa é a programação curricular estabelecido pela escola ou pelos órgãos normativos do sistema educacional. Mas a exigência formal dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula não é, necessariamente impeditivo da criatividade do professor. Pelo contrário, os conteúdos podem ser encarados como as margens do rio que geram a tensão necessária ao ato criativo. (p.33)

A criatividade para fazer das frestas que restam à liberdade do educador verdadeiros “buracos” para a aprendizagem plena é um importante meio para obtermos mudanças significativas na estrutura educacional vigente.

Por que a necessidade de mudança na estrutura educacional? Porque a sociedade em que vivemos exige esta transformação, uma educação mais humanista e menos científica, mais preocupada em preencher todos os anseios de seus educandos e não apenas os da área das disciplinas tradicionais; uma educação que esteja voltada à reeducação social, visando assumir definitivamente o papel democrático que se instaurou em nosso país.

O professor humanista deve acreditar que a vivência de cada um de seus alunos deve ser o ponto de partida de sua prática; deve acreditar ainda que o “saber” não será transmitido e sim compartilhado, e por fim, precisa ter, em sua consciência, o comprometimento efetivo com o desenvolvimento do indivíduo enquanto ser inserido em uma sociedade disposta a melhorias. Para tal, o professor precisa ver a si e ao outro como veículos capazes da realização de mudança, precisa deslocar seu eixo de visão do tradicional para o novo e deve ser antes de tudo sujeito da sua prática, interagindo, mediando e até mesmo interferindo quando julgar necessário. Partindo desta concepção de educação, avança Warschauer (1993)

(...) esta concepção de educação demanda uma opção, pois, como vimos é possível agir sem refletir. É possível e, talvez mais cômodo, ser conivente com a “educação bancária” a que se refere Paulo Freire, pois educar no sentido exposto, pressupõe coragem e ousadia. (p.37)

Esses atos direcionados ao professor-pesquisador vão auxiliá-lo em seu caminho para o direcionamento positivo de seus educandos. Trazendo estas premissas para a temática deste trabalho é de fácil percepção a importância deste profissional na mediação de situações escolares que podem favorecer a prática do racismo. Tornar-se um educador preocupado em analisar a própria prática é um importante pré-requisito para o afastamento promissor da educação bancária.

A busca por uma educação mais solidária, mais igualitária não obterá triunfo sem o professor. O silêncio dos sujeitos educativos frente à discriminação ou até mesmo ao uso de falas estereotipadas é um sério problema ser repensado. É inaceitável que o professor se coloque da forma que descreve Silva Jr (2002)

(...) a relação alunos-agentes educativos (diretores, coordenadores, inspetores de alunos, equipe operacional), que muitas vezes é marcada pelo autoritarismo e visões estereotipadas, que poderiam ser exemplificada nas falas: "O pessoal da favela só vem a escola para comer"; ou "não adianta chamar o pai porque ele só sabe beber"; ou ainda, "Os alunos negros são os que mais dão trabalho no recreio adoram uma bagunça!" (p.32)

Para ampliar as capacidades das relações que se dão dentro da escola é preciso que todos os envolvidos na aprendizagem tomem atitudes anti-racistas como a indicada por Romão (2001)

"A primeira atitude importantíssima: compreender os alunos como indivíduos pertencentes a culturas coletivas. Sendo assim, um aluno não é igual ao outro, nem mesmo entre os aparentemente iguais, ou seja, mulheres, índios, negros... A diferença e, sobretudo a compreensão e o respeito à diferença, é a primeira postura que se ter como educador" (p. 162)

Uma vez compreendida a existência das diferenças e após ter o educador trazido para si parte da responsabilidade de não permitir que essas diferenças se tornem desigualdade, há de se dar grande atenção a outra importante atitude que é a de se travar uma busca pela descoberta das origens. Ora, se em uma turma possuímos indivíduos pertencentes a culturas coletivas, o conhecimento dessas culturas e a prática do respeito deve se dar como pontua novamente Romão (2001)

A segunda atitude é a de compreender que esta individualidade faz parte de uma coletividade, ou seja, de um grupo cultural racial, ético e econômico, regional etc. Neste aspecto é importante considerar que algumas vezes percebemos alguns equívocos na tentativa de trabalhar diferenças na sala de aula. Por não conhecermos a história dos diferentes segmentos sociais e étnicos, estudamos a cultura dos italianos, alemães, poloneses, ou seja, dos europeus. Também falamos dos índios (e não dizemos quais) e dos negros (não sabemos se os africanos, os afro-brasileiros e, sobretudo, não sabemos se africanos de Angola, de Moçambique, da Nigéria etc.), ou seja se é possível compreender que os brancos possuem entre si diferenças determinadas pelas nacionalidades existentes em um grande continente, não é possível observar este fenômeno quando, na escola, se fala dos descendentes de africanos e indígenas. São tratados como se fossem todos iguais. (p. 162 -163)

Estes compromissos comportamentais que o professor precisa assumir serviria de estímulo a criança negra, que se reconheceria a partir daí como ser pertencente a esta pátria, que se

enxergaria como sujeito de sua formação, recuperando a auto-estima e melhorando significativamente suas trocas educativas no meio escolar.

Diversas situações se colocam dentro do espaço escolar exigindo que o educador interfira como forma de ampliação do conhecimento dos alunos. A prática da discriminação ocorre no pátio, na sala de aula, nos corredores e em vários outros locais a que também o professor tem acesso. Um educador do futuro está sempre a repensar sua prática e certamente irá identificar estes momentos onde o silêncio deve ser evitado. O silenciamento é a conivência, é a aceitação é o permitir que se mantenham determinadas relações onde o negro é entendido como ser inferior, vítima de piadas, brincadeiras e “chacota”.

O educador do futuro como o próprio nome sugere está engajado com o que vem a seguir e pretende sempre aprimorar o que se apresenta. Este educador é, sem dúvida, aquele capaz da auto-reflexão, capaz da avaliação constante de seus atos e não apenas preocupado em avaliar seus alunos. Entende que a melhoria em sua prática irá causar o aprimoramento da aprendizagem de seus educandos e simultaneamente a sua própria também.

3.2 Parâmetros curriculares nacionais e as práticas educativas

Como conceitua Silva Jr.(2002)

Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), criados pelo MEC em 1998, apesar de seu caráter de “parâmetro” e não-obrigatoriedade, é complementar às orientações curriculares e à LDB/96, quando propõe a abordagem da “Pluralidade Cultural” como um tema transversal, com os objetivos, entre outros, de possibilitar o conhecimento do patrimônio étnico brasileiro (...) (p.32)

Partindo desta conceituação, percebe-se a tentativa por parte do MEC de introduzir no meio escolar o debate a respeito de práticas anti-racistas como também supõe a Lei 10.639/03, devendo se transformar em instrumento para a luta contra o fracasso escolar, em voz para os que até então praticavam o silêncio nos espaços escolares.

Porém estas intenções esbarram com um sério problema: o despreparo dos professores para tornar o multiculturalismo um tema transversal. É preciso então que juntamente aos PCNs estejam vinculadas políticas de apoio a atividade docente visando dar subsídio para que o professor possa fazer o uso adequado desse material, como preconiza Silva Jr. (2002)

A expectativa de que os parâmetros iluminem os projetos pedagógicos e os planos de aula, é indiscutivelmente louvável, mas insuficiente, se não for combinada a outros esforços de sensibilização, informação, formação, acesso a pesquisas atualizadas e propostas concretas para o tratamento do tema tão delicado, como o das relações sociais na sala de aula. (p.33)

A idéia de transversalidade da temática étnica proposta pelos PCNs é também combatida por Silva Jr. (2002)

Ao instituir parâmetros curriculares que se pautem por princípios institucionais, deixando valores e princípios humanos para serem repensados enquanto temas que “atravessariam” as disciplinas, os PCNs possibilitam que as escolas vejam estes temas como “alternativos” e não fundamentais, ou ainda que escolham dentre as “diversidades” aquelas menos conflitivas para incluir em suas propostas pedagógicas. (p.34)

Tendo em vista a necessidade de se ter a questão étnica como um ponto de discussão contínua e não apenas um tema transversal a ser trabalhado, devemos encarar os PCNs de outra forma e, conseqüentemente, usaremos também outros métodos para a escolha de um material didático que seja adequado para as novas práticas educacionais que se apresentam, preocupadas com o questionamento de valores pré-estabelecidos.

3.3 Materiais didáticos para igualdade racial

O material didático traz consigo imagens e textos que vão servir de apoio às aulas ministradas, sendo estes os principais recursos pedagógicos de ensino. Esses materiais, em sua maioria, não possuem caráter social. Suas ilustrações e enredos não possuem “brechas” para reprodução da cultura negra, e esta, quando representada, se mostra em papéis secundários ou como sub-imagens que só contribuem para solidificar a inferioridade desta cultura. A esse respeito Messias (2005, p.2) afirma que “(...) os professores lançam mão de livros didáticos que apresentam uma visão estereotipada do negro como sendo primitivo e inculto, não questionando tal coisa nem procurando materiais alternativos.”

Há profissionais que dirão não ter acesso a escolha efetiva dos livros didáticos, mas olhar os recursos pedagógicos a que são submetidos com uma visão crítica e não-preconceituosa é de suma importância para qualquer educador. Observar o material que será utilizado desta forma proporcionará ao educador buscar, previamente, formas de desmistificar estes textos e

imagens, seja através de trabalhos complementares ou até mesmo da realização de uma observação crítica a ser realizada juntamente com os alunos. Prova de que a reflexão sobre os livros adotados traz resultados transformadores estão em pesquisa na afirmação de Silva (2001)

Na década de 1990, a Comissão de Religiosos, Seminaristas e Padres Negros do Rio de Janeiro – Brasil formulou um dossiê sobre a Discriminação Racial no Livro Didático – Um caso concreto, o qual focalizou uma cartilha determinada *O sonho de Talita* da Editora Didática e Científica Ltda., indicada na lista nacional de materiais didáticos elaborada pelo Ministério da Educação. O referido material foi denunciado publicamente por um cidadão negro da cidade paulista de Lins, Sr Edir Soares, como um dos livros didáticos de teor racista mais agressivo. A comissão Religiosa assumiu a denúncia e instou a Editora a se explicar. (p.34)

A cartilha citada *O sonho de Talita* apesar de ser um material já legitimado pela secretaria pode ser combatido graças a reflexão deste cidadão negro sobre o livro. Muitos de nossos educadores atuais foram alfabetizados por esta cartilha sem se dar conta do preconceito disseminado pela mesma. A escolha dos recursos pedagógicos utilizados deve ser minuciosa, fruto de uma pesquisa crítica, almejando o uso de um material com conteúdo menos estigmatizado.

A valorização da cultura negra, suas raízes, e até mesmo seus traços precisa ser identificada nos livros didáticos bem como é importante que as crianças negras que nele se apresentem estejam efetivamente inseridas no enredo e não apenas “jogadas” nas histórias ou ilustrações. O aluno negro precisa se identificar como pertencente àquela realidade que está vivenciando.

Deve-se sempre procurar observar a que papel social os personagens negros se vêm vinculados, pois diversos estereótipos são reforçados em textos de livros didáticos ou apenas em suas imagens, como afirma Silva (2001)

O estereótipo do negro estigmatizado em papéis de baixo prestígio social, contribui, em grande parte, para que as pessoas de pele clara tenham adquirido o senso comum de que os negros não tem papéis e funções diversificadas e que esse é o “seu lugar” na sociedade, bem como para que muitos negros no passado interiorizassem essa representação e aceitassem como natural a estigmatização, como o “seu lugar” na sociedade. Por outro lado a exclusão real na sociedade é exercida através do código da “boa aparência” que contribui em larga escala para barrar os negros que tem qualificação, para exercer papéis e funções consideradas de prestígio social. (p. 41)

O livro didático não pode se manter como veiculador de preconceitos. Ao contrário, precisa se transformar em um aparato voltado para a formação do senso crítico. O educador deve compreender a heterogeneidade de sua turma, do grupo em que leciona para só após realizar a escolha do material que será utilizado. Caso o professor não possua tal autonomia cabe então se utilizar das “frestas” deixadas para a introdução desta temática, através de atividades ou leituras complementares como por exemplo, os livros de literatura infantil.

3.4 Literatura infantil, seus personagens e outras atividades

A análise dos livros de literatura infantil deve ser tão minuciosa quanto a dos livros didáticos, pois, apesar de possuírem uma forma de apresentação bastante livre ainda se encontram ligados a imagens repletas de nuances estigmatizadoras como alerta Sousa (2001)

Além das ilustrações lamentáveis – depreciativas, caricatas, animalizadas – do ponto de vista da narrativa a personagem negra é descrita exercendo funções sociais consideradas inferiores – sendo estigmatizada -; além disso, aparece como minoria e desumanizada. (p.196)

A ausência de protagonistas negros, heróis ou heroínas é visível, bem como nos desenhos animados o branco vem ocupando, na maioria das vezes, o papel principal, determinante para a história contada. Mais uma vez então entra em cena a sensação de não pertencimento. Ora, se nas leituras que são feitas o negro não é sujeito de uma ação determinante mais uma vez está implícito seu papel secundário nas relações humanas, o rótulo da inferioridade é conferida.

Além do não reconhecimento de si nas histórias, a valorização das características físicas da raça branca leva a criança negra a reforçar o estereótipo que preconiza a feiúra de feições. No entanto, se bem buscado, pode-se achar personagens representantes da cultura negra inclusive na obra de autores reconhecidos nacionalmente. Como Ziraldo no livro *O Menino Marrom* (1986) e Ana Maria Machado em *Menina Bonita do Laço de Fita* (2005).

Outros livro, *Luana* (2000) de Aroldo Macedo e Oswaldo Faustino, serviria também como mostra da tentativa da literatura infantil de tratar também em si, ou ao menos incitar a discussão da questão racial.

O livro infantil trabalha no imaginário da criança, e é lá também que estão os preconceitos, as imagens pré-estabelecidas. Trazer ao imaginário infantil novas imagens onde a figura do negro se mostre realmente, como pertencente a uma família, dotado de inteligência e beleza, oriundo de uma cultura, de um lugar seria permitir que nossas crianças tivessem uma imagem menos carregada de marcas, de preconceitos tão presentes na sociedade.

A partir da leitura de histórias é possível ao professor criar um ambiente de aprendizagem, questionador e crítico. O livro tem em suas funções levar o aluno a lugares que ele não pode estar, a realidades desconhecidas, enfim, a outras visões de mundo que podem vir a complementar ou modificar as suas próprias.

A breve análise destes livros acima citados irão elucidar a contribuição que a literatura pode oferecer a questão do negro no Brasil e possivelmente incitar a criação de outras atividades voltadas para esse assunto.

O Menino Marrom (1986) – Ziraldo Alves Pinto

A capa do livro é a ilustração do próprio menino Menino Marrom, com suas características bem especificadas em imagem e texto. A imagem revela uma criança alegre, simpática e acima de tudo bonita, como afirma o próprio autor Ziraldo (1986) “Caprichei no desenho do menino marrom, mas acho que ele era muito mais bonito pessoalmente” (p.3)

O texto de Ziraldo (1986) ainda traz características fenotípicas

Sua pele era cor de chocolate. As bolinhas dos olhos pareciam duas jabuticabas pretinhas. Os cabelos eram enroladinhos e fofos, seu queixinho era pontudo, sua testa alta e bem redonda. Seu nariz, por ser o de menino marrom, não é pontudinho; ele cresce mais para os lados do que para frente [...] (p.3)

Esta riqueza em detalhes permite que o leitor negro perceba no personagem suas próprias características e também com que as demais crianças brancas desmistifiquem o mito da feiúra da raça negra.

A história tem como personagens o Menino Marrom e o Menino Cor-de-rosa, que são grandes amigos que durante todo o enredo trazem questões de todos as naturezas como é normal entre as crianças, porém um questionamento se faz presente durante todo o processo: o que é o

preto e o branco. Tal dúvida é um belo convite à reflexão, ao debate entre as próprias crianças.

Diante da análise crítica deste material percebe-se também que os traços psicológicos dos meninos citados se confunde e, neste aspecto, são por muitas vezes bem parecidos. Ambos são astutos, criativos, curiosos, boa gente, estudiosos e gentis. Porém, continuando a análise fica no ar o questionamento do Menino Marrom não ser considerado negro, já que todos os seus traços e imagem fazer referência clara a este povo.

Muitas seriam as atividades que poderiam ser propostas aos educandos como, por exemplo, a criação de personagens com características de um colega de turma. Esta atividade possibilitaria a busca por características e a exposição da mesma levando a um reconhecimento de diferenças que poderiam ser trabalhadas visando à percepção da diversidade existente em meio ao grupo.

Outra atividade seria a retirada de passagens do texto que possuíssem indagações a respeito da questão das cores na sociedade. Estes trechos seriam distribuídos a grupos que viriam a formular possíveis respostas que iriam ser discutidas em debate realizado em uma mesa redonda no espaço sala de aula ou quadra.

É desta forma que o educador pode se valer deste recurso como modo de complementar sua prática, tornando-a mais inclusiva e crítica.

Menina Bonita do Laço de Fita (2005) – Ana Maria Machado

Esta obra trata em seu enredo da questão genética de hereditariedade tão importante para as crianças possam perceber que todos os nossos traços físicos são herdados de nossos antepassados e ainda reforça a valorização das características negras.

O enredo toma forma a partir do momento em que são apresentados os dois personagens principais: A menina que “era [...] linda, linda.” (p.3) e o seu vizinho o coelho branco. A vontade de se tornar tão pretinho quanto a menina levou o coelho a várias tentativas. Por que ser tão pretinho quanto ela? Por que ele a achava a pessoa mais linda que já tinha visto.

Neste livro, as imagens também são bem significantes e evidenciam a menina sempre feliz, desenvolvendo atividades de dança, leitura, desenho, mostrando seu vestuário, e até mesmo penteados próprios de certas populações do continente africano. Como ressalta Machado (2005), “Ainda por cima, a mãe gostava de fazer trancinhas no cabelo dela e enfeitar com laço de fita colorida. Ela ficava parecendo uma princesa das Terras da África, ou uma fada do Reino do Luar”(p.4)

Ao final, após muitas tentativas, é a mãe da Menina quem vai desvendar o mistério para o coelho e para isso se utiliza da genética quando como justificativa afirma “Artes de uma avó preta que ela tinha...” (p. 15). Explicitando ainda mais a questão, o texto de Machado (2005) se desenvolve

Aí o coelho – que era bobinho, mas nem tanto – viu que a mãe da menina devia estar mesmo dizendo a verdade, porque a gente se parece sempre é com os pais, os tios, os avós e até com os parentes tortos. E se ele queria ter uma filha pretinha e linda que nem a menina, tinha era que procurar uma coelha preta para casar. (p. 16)

Esta literatura infantil além de trazer ao conhecimento da criança detalhes da cultura negra, também sugere ao educador atividades, como, por exemplo, a proposta de uma pesquisa a respeito das raízes dos alunos direcionados a busca pelas características semelhantes a de seus pais, avós e também pela nacionalidade de seus ancestrais.

Luana (2000) – Aroldo Macedo e Oswaldo Faustino

Luana é mais uma personagem negra, também bem representada em imagem, e traz ao leitor muitas contribuições da cultura negra como penteado, vestuário e até mesmo hábitos como as rodas de capoeira e as raízes históricas do negro no Brasil. Macedo e Faustino (2000) se utilizam da trama para apresentar aos seus leitores mirins a capoeira

O pessoal batia palmas e cantava até mais forte quando Luana aparecia e cumprimentava o adversário. Ela se ajoelhava ao pé do berimbau, fazia uma breve oração e dava um tremendo salto-mortal para trás. (p.7)

As raízes históricas também são trazidas à tona no diálogo do velho Mandinga “É bonito como o quê! A menina joga com um dengo que lembra a vovó Adina. Aquela sim. Quando ela entrava na roda, não tinha valente que ficasse em pé...” (p.8)

Luana é ainda uma heroína que viaja para o princípio da colonização do Brasil ao som de seu berimbau (instrumento sonoro pertence à cultura africana), e é tida a maior capoeirista de sua região. É muito importante que a personagem negra tenha veiculada a si tantas contribuições positivas, além de sua “graciosidade e beleza”.

Possui família unida e sempre presente em suas apresentações. Seu pai é um mestre capoeira ligado à cultura popular local, e seu irmão é uma criança curiosa, ávida por conhecimento.

No desenrolar do texto, quando volta ao passado, Luana trava diálogo com um índio que mostra a personagem que há diferentes povos dentre os indígenas “A nossa nação é tupiniquim, mas existem os povos tupi, guarani, aruaque, jê, caraíba, caiová e muitos outros.” (p.25) Esta idéia de diversidade entre este povo mostra que a generalização de comportamentos não poderia ser feita já que estes grupos diferem entre si exatamente por possuírem características próprias a cada um.

Ao final Luana retorna a Cafindé para auxiliar seu irmão na confecção de um trabalho escolar. O livro traz ainda um mini-vocabulário contendo diversas palavras de origem africana.

A partir desta leitura, o educador pode ainda fazer um estudo maior junto a seus alunos a respeito da capoeira e de sua influência dentro do Brasil ou ainda buscar trazer para os alunos a idéia de que se eles também pudessem se utilizar desse berimbau mágico e retornar a África, que realidade poderiam verificar, sempre direcionando as pesquisas ao estudo e descoberta da verdadeira raiz histórica dos ancestrais de Luana.

Olhando por este prisma, fica clara as diversas contribuições que um texto literário pode trazer aos alunos. Nesta perspectiva Sousa (2001) completa

As imagens das narrativas literárias, quando utilizadas adequadamente, longe de uma visão etnocêntrica, branqueadora, a qual é quebrada nestas obras, oferece ao leitor re (a)apresentações positivas do negro, do descendente de africanos, contribuindo para uma ‘modificação da rede de significados da palavra negro, mestiço’, pardo,

possibilitando ao branco uma reeducação quanto a visão estereotipada o negro, e a este elevação da autoestima e resgate de sua cultura. (p.212)

A análise e sugestão de atividades, a partir destas obras, poderia ainda se desdobrar em discussões de acordo com o interesse do grupo em que for se desenvolver o trabalho. A idéia, no entanto, é apenas a de estar atenta às mensagens implícitas em imagens e textos e suas aterradoras manifestações no imaginário infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Acreditar que a aprendizagem é gradual, que o respeito à individualidade e à história de vida são importantes para aquele que conhece, demanda agir desta forma.[...] Apesar do professor ter terminado seu “curso de formação”, esta não termina nunca, e ele continuará aprendendo sempre. Aprender é um processo contínuo. O cenário da aprendizagem pode ser qualquer um, pois aprender faz parte da vida.” (Cecília Warschauer)

Para muitos representantes do povo negro, o esporte tem se mostrado espaço único de ascendência social, porém, o sucesso deste grupo não pode ser restrito a esta área. A educação precisa entrar em ação de forma eficiente, pois, somente através dela poderá haver uma inclusão concreta.

A aceitação do não igual é ponto primordial para que o ser humano saia de seu estágio bárbaro de ignorância, pois, não há geração de conhecimento sem que exista a consciência da necessidade de interação e respeito ao outro e as suas diferenças.

Ampliar visões de realidade partindo da premissa de que não existirá apenas uma, mas, sim várias realidades cabíveis é realmente importante para que o professor possa exercer seu ofício de forma plena e mais completa.

A escola tem um papel que vai muito além do instrucional. Deveria ela “abraçar” o caráter social, humanista e transformador da educação e deveria se tornar centro de cultura e de troca de saberes. É urgente que as instituições escolares observem suas práticas e as reforme buscando, assim, a superação de preconceitos, discriminação e estereótipos.

Um trabalho como o que aqui se apresenta jamais trará em si todas as discussões pertinentes a esta questão. O assunto precisa ser abordado a luz das mais diversas percepções, se mostrando sempre inacabado, por se tratar de uma mancha da cultura popular brasileira que já se apresenta entranhada no imaginário popular.

É notória a necessidade da busca de uma nova vertente, de um novo olhar para as diferenças, para o outro, de um estudo mais específico a respeito das raízes históricas dos mais diversos

povos que formam nossa sociedade multirracial. A partir de nossas crianças poderemos pensar em modificar, de forma significativa, as situações de caráter exclusivo que ocorrem no cotidiano da sociedade brasileira.

Desfazer o mito da democracia racial e torná-lo algo realmente palpável a toda população brasileira, precisa fazer parte do pensamento educacional. Repensar as práticas escolares deve ser um trabalho cotidiano para que possamos nos aproximar, a cada dia, de uma aprendizagem maior para nós e nossos alunos.

REFERÊNCIAS

- AROLDO, Macedo e OSWALDO, Faustino. **Luana: a menina que viu o Brasil neném**. São Paulo: FTD, 2000.
- BOSCH, Eulália. Fora dos muros da sala de aula: a cidade educadora. **Revista Presença Pedagógica**. Rio de Janeiro, V.8, n. 47, p. 5-11, set/out, 2002.
- BRASIL, Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação da Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: DF, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita a história contemporânea**. São Paulo, Selo Negro, 2005.
- MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. São Paulo: Ática, 2005.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. BRANDÃO, A. A.P.(Org.) **Cadernos Penesb**. N.5. Niterói, EdUFF, 2004. p.15-34
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global Editora e Ação Educativa, 2004.
- PINTO, Ziraldo Alves. **O menino marrom**. 1ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1986.
- ROMÃO, Jeruse. O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.) **Racismo e anti-racismo na educação. Repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.
- SOUSA, Andréia Lisboa. Personagens negros na literatura infanto-juvenil: rompendo estereótipos. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.) **Racismo e anti-racismo na educação. Repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.
- SANT'ANA, Antonio Olímpio. História e conceitos básicos sobre racismo e seus derivados. IN: MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o racismo na escola**. 3.ed. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. 2001.
- SILVA, Ana Célia de. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001.

SILVA Jr, Hédio. **Discriminação racial: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002

WARSCHAUER, Cecília. **A roda e o registro: uma parceria entre professor, alunos e conhecimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
 Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
 Escola de Educação - EE
 Departamento de Didática - DID

MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: Tábatta Alves Andrade da Silva / 001351017

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO:

Ensinando a respeitar: Práticas anti-racistas na sala de aula

ORIENTADOR(A): Maria Elena Viana Souza

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: _____

Nota: _____

LEITORA: ANGELA MARIA SOUZA MARTINS

PARER:

A monografia apresenta uma reflexão bastante significativa sobre as práticas anti-racistas no espaço escolar. Os capítulos 2 e 3 estão ótimos e bem fundamentados. Apenas a introdução e o capítulo 1 precisam de algumas modificações. Diante do exposto, confiro à aluna nota 9,0 (nove).

NOTA: 9,0 (nove).

SEGUNDO AVALIADOR

Professor orientador: María Elena Viana Souza

Nota: 8,0

Considerações:

O trabalho monográfico desenvolvido pela aluna apresenta uma discussão séria, importante e comprometida com uma questão que deveria estar em pauta nos vários níveis de ensino. É um trabalho, portanto, que se justifica por essa importância. Infelizmente, a aluna não teve mais tempo para desenvolver o tema, acarretando alguns equívocos para a expressão do mesmo.

Data: 19/08/2008

Assinatura: María Elena Viana Souza

TERCEIRO AVALIADOR

Professor de Monografia II: Janaina S.S. Menezes

Nota: 8,5

Considerações:

O trabalho apresenta algumas pequenas lacunas em relação ao nome de ~~de~~ trabalhos acadêmicos, as quais não comprometem o resultado final do estudo.

Data: 22.08.08

Assinatura: Janaina

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Média final
9,0	8,0	8,5	8,5 //